



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

-----“AVENIDA JOÃO DA CRUZ – PRAÇA CAVALEIRO FERREIRA E
AVENIDA SÁ CARNEIRO – ESCADARIAS – LOTE 1”-----


----- Aos sete dias do mês de março de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Unidade de Administração Geral, perante mim, Branca Flor Cardoso Lopes Ribeiro, Chefe da referida Unidade e Oficial Público da Câmara Municipal de Bragança, compareceram como outorgantes. -----

----- **PRIMEIRO: HERNÂNI DINIS VENÂNCIO DIAS**, casado, natural de França, com domicílio necessário neste edifício, Presidente da Câmara Municipal, outorgando em representação do Município de Bragança e no uso da competência própria que lhe foi conferida pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- O Município de Bragança é titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva número 506 215 547. -----

----- **SEGUNDO: ASG, CONSTRUÇÕES E GRANITOS, LDA.**, com sede na Estrada da Silveira, S/N, freguesia de Vila Pouca de Aguiar, Concelho de Vila Pouca de Aguiar, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva número 503 056 820, com o capital social de € 370.000,00 (trezentos e setenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Pouca de Aguiar, sob o número 503 056 820, o que verifiquei através de fotocópia da certidão permanente subscrita pela referida Conservatória e válida até 24-11-2019, titular do Alvará de Construção n.º 67143-PUB, representada por Arménio de Sousa Gonçalves, natural da freguesia de Vila Pouca de Aguiar, Concelho de Vila Pouca de Aguiar, e residente em Lugar dos Mariais, Loteamento da Chave, Lote 1 e 2, em Vila Pouca de Aguiar, com poderes para o ato. -----

----- Verifiquei a identidade, a qualidade e poderes do primeiro outorgante por conhecimento pessoal, a identidade do representante do segundo outorgante pela



exibição do Cartão de Cidadão n.º 05836844, válido até 14-09-2021 e a qualidade e poderes, pela fotocópia da certidão permanente da Conservatória do Registo Comercial de Vila Pouca de Aguiar.-----

----- Assim presentes, pelo primeiro outorgante e na qualidade que representa, foi dito que, de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal de Bragança, tomada em reunião ordinária de 28 de janeiro de 2019, foi adjudicado, ao segundo outorgante, mediante Concurso Público, a empreitada de **“AVENIDA JOÃO DA CRUZ – PRAÇA CAVALEIRO FERREIRA E AVENIDA SÁ CARNEIRO - ESCADARIAS”**, em conformidade com a Proposta e Caderno de Encargos, documentos que por todos rubricados, ficam a fazer parte integrante deste contrato, que os outorgantes dão como celebrado nos seguintes termos: -----

Cláusula 1.ª

Objeto

----- O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada da **Avenida João da Cruz – Praça Cavaleiro Ferreira e Avenida Sá Carneiro – Escadarias – Lote 1**, de acordo com o Caderno de Encargos e Proposta apresentada. -----

Cláusula 2.ª

Preço e condições de pagamento

----- 1. O encargo total resultante deste contrato é de € 1.788.087,96 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, oitenta e sete euros e noventa e seis cêntimos) com exclusão do Imposto de Valor Acrescentado, de acordo com a lista contratual dos preços unitários, da Proposta apresentada pelo adjudicatário.-----

----- 2. O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado de acordo com as condições previstas na Cláusula 32.ª das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos.-----

Cláusula 3.ª



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

Prazo de execução da empreitada

----- 1. O prazo de início da obra ocorre na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o primeiro outorgante comunique ao adjudicatário a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.-----

----- 2. O prazo de execução da referida obra é de 16 (dezasseis) meses, contados a partir do prazo enunciado no n.º 1 da presente Cláusula. -----

Cláusula 4.ª

Penalidades

-----Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao adjudicatário, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 403.º do Código dos Contratos Públicos e Cláusula 11.ª das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos. -----

Cláusula 5.ª

Revisão de preços

----- A revisão de preços do contrato será efetuada de acordo com a Cláusula 37.ª das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos e de acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro. -----

Cláusula 6.ª

Prazo de garantia

----- O prazo de garantia da obra encontra-se estabelecido na Cláusula 45.ª das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos e ainda de acordo com o artigo 397.º do Código dos Contratos Públicos. -----

Cláusula 7.ª



Resolução do contrato

----- 1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o primeiro outorgante pode resolver o contrato, de acordo com o previsto na Cláusula 51.^a das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos. -----

-----2. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o segundo outorgante pode resolver o contrato, de acordo com o previsto na Cláusula 52.^a das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos. -----

Cláusula 8.^a

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

----- 1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo outorgante prestou caução no valor de € 89.404,40 (oitenta e nove mil quatrocentos e quatro euros e quarenta cêntimos), correspondente a 5% do montante total do encargo, com exclusão do IVA, por GARANTIA BANCÁRIA (Operação n.º 0900.005839.893), da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., emitida em Lisboa, em 31 de janeiro de 2019.-----

----- 2. O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo segundo outorgante. ----

----- 3. O primeiro outorgante promove a liberação da caução a que se refere a Cláusula 46.^a das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos e de acordo com o regime vertido no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos. -----

Cláusula 9.^a

Disposições finais

----- 1. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

-----2. Quanto ao mais aplicar-se-ão todas as normas jurídicas do Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação aplicável. -----

-----3. O procedimento do Concurso Público relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação da Câmara Municipal de Bragança, tomada em reunião ordinária de 22 de outubro de 2018. -----

-----4. A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de Bragança, tomada em reunião ordinária de 28 de janeiro de 2019. - -----

-----5. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal de Bragança, tomada em reunião ordinária de 28 de janeiro de 2019. - -----

-----6. A celebração do presente contrato foi aprovada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Bragança, tomado em 07 de março de 2019. ----

-----7. O encargo total, com exclusão de IVA, resultante do presente contrato é de € 1.788.087,96 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, oitenta e sete euros e noventa e seis cêntimos). -----

-----8. O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal, sob a rubrica orçamental com a classificação económica 07.03.03.01. (Compromisso n.º 2019/763). -----

-----9. O encargo para o ano económico é de € 1.404.996,69 (um milhão quatrocentos e quatro mil novecentos e noventa e seis euros e sessenta e nove cêntimos), com inclusão do Imposto de Valor Acrescentado.-----

----- 10. O gestor do presente contrato designado por deliberação da Câmara Municipal de Bragança, tomada em reunião ordinária de 22 de outubro de 2018, é a Assistente Operacional, Lia João Louçã Marques Teixeira.-----

----- 11. Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

----- Verifiquei que: -----

----- Tem a situação contributiva para com a Segurança Social regularizada, conforme declaração, emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., em 29-01-2019.-----

----- Apresentou documento, comprovativo de haver cumprido as disposições legais relativamente ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas. -----

----- Apresentou certidão emitida pelos Serviços de Finanças de Vila Pouca de Aguiar, em 12 de fevereiro de 2019, em que não é devedor de quaisquer contribuições ou impostos ao Estado. -----

----- Apresentou Alvará de Construção n.º 67143-PUB. -----

----- Apresentou declaração de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Apresentou os registos criminais dos titulares dos órgãos sociais do segundo outorgante. -----

----- Arquivo: -----

----- Proposta; -----

----- Convite e Caderno de Encargos; -----

----- Cópia da Certidão da Conservatória do Registo Comercial de Vila Pouca de Aguiar.-----

----- Foi este contrato, elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes, assinado pelos representantes de ambas as partes e pelo oficial público. -----

O Primeiro Outorgante,





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

fun

O Segundo Outorgante,

Acrescentar

A GERÊNCIA:

A.S.G. Construções & Granitos, Lda.
Contribuinte N.º 503 056 820
Tel. 259 402 783 - Estrada da Silveira
5450-006 Vila Pouca de Aguiar

O Oficial Público,

Branca Flor Cardoso Lopes Ribeiro

TRIBUNAL DE CONTAS
Processo de

Fiscalização Prévia

FP 908/2019
2019/3/20



Juiz Conselheiro
MÁRIO MENDES SERRANO

Juiz Conselheiro
PAULO DA MESQUITA

TRIBUNAL DE CONTAS

VISADO

EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO
2019/05/08 908/2019